

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT14.022](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT14.022)

O PRESENTE E O AUSENTE NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS PRAÇAS PÚBLICAS

IRAN SANTOS SILVA

Mestrando do Programa Pós-Graduação em Educação Cultura e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, iranssilvabio@gmail.com;

GILVANEIDE FERREIRA DE OLIVEIRA

Professora Dra.^a da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, gilvaneide.oliveira@ufrpe.br;

RESUMO

A Educação Ambiental embora seja uma área relativamente jovem, tem e teve sua trajetória marcada por movimentos de grandes avanços e grandes retrocessos no que se refere às políticas e discussão nos espaços educacionais. Da década de 60 até os dias atuais o campo dos estudos ambientais tem avançado em muitos aspectos e lutado contra a degradação ambiental, por melhoria na qualidade de vida, assim como busca em algumas correntes retomando a consciência de que o ser humano faz parte do mundo natural, sendo portanto natureza. O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns estudos sobre a Educação Ambiental desenvolvida em praças públicas, atentando-se para as correntes e perspectivas teóricas presentes nos mesmos. É de fundamental importância que a Educação Ambiental faça relação entre o contexto social, econômico, político e histórico, a fim de melhorar a nossa formação enquanto cidadãos. Nessa perspectiva penso que a praça pública como um ambiente do cotidiano da maioria das pessoas, possa ser um espaço que propicie mecanismos que leve a refletir sobre as temáticas emergentes na sociedade, dentre elas, a temática socioambiental. Este é um trabalho de abordagem qualitativa e que tem como metodologia a pesquisa bibliográfica por entender que esta oferece subsídios suficientes para entender quais correntes ou perspectivas são trabalhadas nas produções que discutem a Educação Ambiental nas praças públicas

Palavras-chave: Educação Ambiental, Praças Públicas, Correntes Teóricas, Abordagens da Educação Ambiental

INTRODUÇÃO

O crescimento das populações humanas, assim como o desenvolvimento das cidades fez com que a humanidade fosse adotando um novo estilo de vida. Após a revolução industrial e o desenvolvimento tecnológico, nos meios de produção, os novos padrões de trabalho e o avanço do capital, fez a sociedade avançar num novo ritmo de consumo, ritmo esse que nos levou a situações ambientais, econômicas, culturais e sociais cada vez mais preocupantes.

Esse novo padrão de vida tem contribuído para o aumento da poluição atmosférica, desmatamento, queimadas, entupimento dos bueiros o que pode levar a enchentes, aumento no número de lixões a céu aberto, além do aumento do acúmulo de riquezas por uma pequena parte da população mundial e o aumento da fome, miséria e doenças por uma outra parte. É preciso que a sociedade reflita o modelo econômico vigente e pense estratégias para que a humanidade siga um desenvolvimento com menos impacto, um estilo de vida no qual a humanidade consiga se perceber como parte da natureza e não como um ser externo a ela ou que só a vê como um meio de extrair recursos. Rufino e Crispim, falam sobre esse novo modo de viver, ao afirmarem que:

A sociedade se desenvolveu a todo vapor rumo ao colapso, rumo a incerteza da permanência das gerações futuras nesse globo, pois esqueceram que os recursos naturais são limitados. A partir dessas incertezas da atual geração, surgem ativistas, cientistas, amantes da natureza, preocupados com o fim dessa corrida pelo dinheiro no mundo, que fazem emergir temas como Desenvolvimento Sustentável, Ecodesenvolvimento, Educação Ambiental, e outros (Rufino; Crispim, p.1, 2015).

É comum observar na história da humanidade os embates que sempre estiveram presentes quando o assunto é como habitar esse planeta. A humanidade parece que vive em movimentos de contemplação X exploração e cuidado X destruição. A partir da década de 50 os seres humanos começaram a perceber mais atentamente as consequências do “progresso” desordenado e dos avanços tecnológicos sobre o ambiente (Seco; Sekine, 2009).

A movimentação ambientalista entre as décadas de 50 e 60 fizeram com que as pessoas repensassem algumas posturas em relação ao ambiente, possibilitando a criação de espaços de discussão sobre a temática ambiental, as problemáticas advindas do modelo de consumo e econômico vigentes, bem como organizar

estratégias para que tanto as gerações atuais, quanto as futuras tenham direito a um ambiente saudável e equilibrado.

A partir da década de 70, a comunidade científica, assim como as lideranças mundiais passaram a se organizar para discutir o futuro do planeta Terra e daqueles que a habitam. A busca pela conservação da vida, desenvolvimento de políticas públicas e estratégias ambientais é uma temática que vem crescendo muito ao longo dos anos. Desde que Organização das Nações Unidas – ONU, organizou a primeira Conferência das Nações Unidas em 1972, conhecida popularmente como Conferência de Estocolmo, que as questões socioambientais vêm sendo discutidas com mais dinamicidade e força (Fávaro *et. al*, 2020).

A Educação Ambiental surgiu nesse contexto de preocupação com o presente e futuro, devido ao aumento das problemáticas socioambientais, assim como uma forma de ainda tentarmos salvar o que nos resta, por meio da mudança de paradigmas. Ela ascende como uma forma de educar a sociedade para a construção de uma cidadania justa, preocupada com o ambiente, com o próximo e inicialmente ela tinha um caráter de formar cidadãos e cidadãs com posturas ecologicamente coerentes. Com o passar dos anos ela foi assumindo outras perspectivas, ideias e agregando a ela a formação crítica, transformadora, pragmática, ecológica, feminista entre outras.

Para que a EA possa contribuir com a melhoria da sociedade, primeiro devemos pensar na formação das pessoas, pois a EA sozinha não muda o mundo, mas pessoas dotadas de criticidade e exercendo-a, educadas ambientalmente mudam realidades. É necessário que a EA esteja em todos os espaços e todas as etapas da educação, assim como é definido na Constituição de 1988, na Lei de nº 9.795/99 a qual institui a Política Nacional de Educação Ambiental, nas DCN's e PCN's.

Fazer com que a EA esteja em todos os espaços educativos precisamos mudar a nossa concepção de educação e também de sociedade. É necessário fomentar a crítica e reflexão do cotidiano, assim como mudar a concepção de formação humana, de mundo e natureza, pois “educação não transforma o mundo”. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1979, p. 84).

A abrangência da EA faz dela uma estratégia/ o caminho perfeito para trabalhar em ambientes informais, formais e não-formais. Entende-se como ambiente formal de ensino os espaços como escolas e Universidades, já o ambiente informal é aquele no qual o processo educativo ocorre para além dos estabelecimentos de ensino formal como igrejas, praças, parques, museus organizações não

governamentais, empresas e demais ambientes e a educação não-formal é aquela que acontece no dia a dia, na conversa com a família, nos ciclos de amizade e diálogos entre conhecidos.

Desde a década de 70 percebe-se que a produção na área da EA tem crescido, abrangendo as mais diversas problemáticas e perspectivas. Entre as temáticas mais populares estão o desenvolvimento de estratégias para a redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, uso da água, perda da biodiversidade, aquecimento global e arborização. Percebe-se que praças, parques e reservas ambientais também fazem parte dos estudos mais recentes, no entanto alguns trabalhos ainda são desenvolvidos numa perspectiva conservacionista ou pragmática. Por esse motivo o objetivo desse artigo é analisar alguns trabalhos sobre a Educação Ambiental desenvolvida em praças públicas, atentando-se para as correntes, perspectivas e ideias presentes e ausentes nos mesmos.

Após o processo de redemocratização do Brasil, as políticas, programas e projetos de EA se tornaram mais frequentes e com perspectivas mais progressistas, complexa, dinâmica, favorecendo a presença do olhar crítica ou reflexivo, baseado nos autores e autoras da contemporaneidade, um deles é Paulo Freire, o qual influenciou a EA atual com as ideias da educação popular e dialogicidade. Não podemos esquecer que Morin, Leff, Boff, Isabel Cristina Moura de Carvalho, Michéle Sato também têm influenciado muito a EA.

Diante do que foi exposto até o presente momento, esse artigo tem o intuito de possibilitar reflexões sobre como a praça pública, um espaço que faz parte do cotidiano da sociedade, pode ser um ambiente que dialogue com a EA, de forma mais complexa, contemporânea e aberta. É importante lembrar que a EA pode ocorrer em todos os espaços, por isso, educadores/as, cientistas e o poder público devem buscar formas de tornar a sociedade ambientalmente educada, exercendo sua cidadania de forma crítica, participativa, ativa, justa do ponto de vista econômico, social e cultural e que a educação seja empática.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a construção desse artigo foi a pesquisa bibliográfica. "A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas" (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p.65).

Em diálogo com o que foi mencionado anteriormente, Lakatos e Marconi afirmam que (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Foi realizada uma busca no google scholar (google acadêmico), visando levantar o máximo de trabalhos disponíveis em periódicos, revistas, teses, dissertações e eventos sobre a temática investigada. Para isso, foi realizada uma busca utilizando-se as palavras-chaves, “educação ambiental” e “praças públicas”, combinadas. Na referida plataforma aparece aproximadamente 66.900 resultados, referentes aos descritores utilizados, então após o primeiro levantamento, os trabalhos passaram por uma leitura prévia, por meio da qual foi realizada a triagem, objetivou-se com essa etapa encontrar os conceitos chaves nos títulos, resumos ou entre as palavras-chaves dos trabalhos.

Os trabalhos foram organizados em uma planilha do Excel, seguindo a ordem em que foram selecionados. Os dados tabulados foram cuidadosamente organizados atentando-se ao fato deles contemplarem os objetivos da pesquisa, identificando os trabalhos por autores, data de publicação, título, objetivos da pesquisa e qual corrente teórica ou perspectiva é abordada no trabalho. Os que foram difíceis de identificar a perspectiva abordada ou correntes teóricas da EA, os objetivos e que não traziam os descritores utilizados para encontrá-los no resumo, no título ou nas palavras-chave, foram eliminados. Desta forma, do total de trinta trabalhos lidos, somente dez foram selecionados e estão listados no quadro 1.

Quadro 1 - Artigos selecionados sobre praças públicas e a relação com a praça pública.

Autor(es)	Ano da publicação	Título
Dorigo, T.A.; Lomano-Ferreira, A. P. N	2015	Contribuições da Percepção Ambiental de Frequentadores Sobre Praças e Parques no Brasil (2009-2013): Revisão Bibliográfica
Leite, J. K. S.; Arruda, S. G. B.; Alves, L.; Campos, L.A.A	2015	Envolvimento Sustentável: O UFPE Na Praça incentivando a Educação Ambiental
Saito, C. H	2013	Popularizando o Probio-Educação Ambiental na praça e na escola

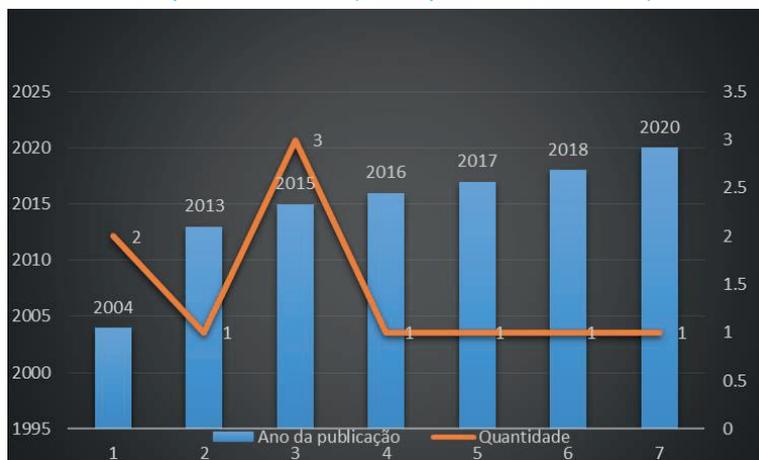
Autor(es)	Ano da publicação	Título
Moreira-Coneglian, I. R.; Diniz, R. E. S.; Bicudo, L. R. H	2004	Educação ambiental em praça pública no município de Botucatu/SP
Almeida, L. F. R.; Bicudo, L. R. H.; Borges, G. L. A	2004	Educação Ambiental em Praças Públicas: professores e alunos descobrindo o ambiente urbano
Severiano Filho, V; Maciel, A. B. C	2016	Espaço Público e Educação Ambiental: cidadania e participação política
Martelli, A	2015	Educação Ambiental como método de favorecimento da arborização urbana do Município de Itapira-SP
Pinto, Valmir Flores	2018	Educação, preservação e cuidados ambientais na Praça da Saúde em Humaitá-AM
Aoki, C., Oliveira, K. R., Oliveira Figueiredo, P. A., Sá, J. D. S. S., Oliveira, K. M.; Chaves, J. R	2020	Análise da arborização das praças de Aquidauana (MS, Brasil)
Amaral, G. B.; Santos, R. M	2017	O potencial educativo das praças como espaço educador sustentável

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos científicos sobre a Educação Ambiental aumentaram nos últimos anos e isso pode ser devido a influências de políticas públicas mais consistentes, voltadas às questões ambientais, o aumento do interesse da comunidade acadêmica, influenciada pelos movimentos mundiais, assim como o surgimento ou agravamento de alguns fenômenos ambientais na contemporaneidade.

Notou-se que entre os trabalhos selecionados o ano que teve maior destaque foi o ano de 2015, com 3 trabalhos, seguido pelo ano de 2004, com 2 trabalhos selecionados enquanto 2013, 2016, 2017, 2018 e 2020 tiveram apenas 1 trabalho selecionado, cada, conforme sinalizado no gráfico 1.

Gráfico 1- Relação entre o ano de publicação dos trabalhos e a quantidade.



De acordo com Loureiro e Lima (2012), após 2002, com o início de um novo governo (governo Lula na época), a EA passa a ter mais visibilidade e a relação entre o MEC (Ministério da Educação), MMA (Ministério do Meio Ambiente) e demais instâncias ou secretarias que cuidam das pautas educacionais e ambientais, se torna mais sólida. É importante lembrar que o decreto 4.281, aprovado em 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, a qual institui a Política Nacional de Educação Ambiental. A partir desse fato fica também registrado que o Órgão Gestor da PNEA passou a funcionar, e sua administração foi realizada pelo MEC e MMA, com paridade de poder entre eles (Brasil, 2002).

No mês de setembro de 2004, é realizada a Consulta Pública do ProNEA, o Programa Nacional de Educação Ambiental, que reuniu contribuições de mais de 800 educadores ambientais do país e em novembro, após dois anos de existência enquanto Grupo de Estudos, é oficializado o Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da ANPEd, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

No ano de 2007, o MEC lançou o programa Vamos Cuidar do Brasil, no qual teve como objetivos discutir a inclusão da EA no contexto escolar, visando a formação de educadores, estratégias para trabalhar a EA no cotidiano, desenvolvimento de tecnologias de aprendizagem e ensino voltados a EA.

[...] para propiciar essa educação ambiental nas escolas, o MEC criou o programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas com uma visão sistêmica de crescimento constante. O programa foi pensado como um círculo virtuoso contendo ações e práticas integradas, contínuas e transversais

a todas as disciplinas. As ações se distribuem em quatro modalidades: difusa, presencial, educação a distância e ações estruturantes. (Brasil, 2007, p.18)

Em 2012, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução de N° 2-Resolução CNE/CP 2/2012, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental (Brasil, 2012, p.1). Desta forma, mais pesquisas podem ter sido amparadas pelo fato de existir um documento que reconhece a importância e torna obrigatória a presença da EA em todas as modalidades de ensino.

A história da EA no Brasil, está ligada à história política do país, de forma que a EA teve momentos de expansão e retração ao longo do tempo. Inicialmente ela tinha um olhar mais voltado para o desenvolvimento de comportamentos ecologicamente viáveis e um ensino mais tecnicista. Após o processo de redemocratização do país e influenciado por perspectivas mais complexas e críticas, as quais questionavam não só atitudes individuais, mas também a estrutura política e econômica vigente, incorporando conceitos freirianos, marxistas, filosóficos, antropológicos e culturais a EA foi ganhando novas roupagens (Loureiro; Lima, 2012; Layrargues Lima, 2014).

De acordo com Sauv  (2005), as correntes da EA podem ser agrupadas de duas formas, as correntes mais clássicas e as contemporâneas, quadro 2. Essas correntes se especificam enquanto a abordagem, a visão de natureza, de humanidade, as reflexões (ou não que tecem), a ideia de sociedade. Sendo algumas mais conservadoras, pautadas em soluções paliativas e outras mais complexas, possibilitando uma reflexão mais crítica dos fen menos sociais, culturais e naturais.

Quadro 2 – Correntes atuais e clássicas da Educa o Ambiental de acordo com Sauv  (2005)

Correntes Clássicas	Correntes Contemporâneas
<ul style="list-style-type: none">• Naturalista• Conservacionista/recursista• Resolutiva• Sist�mica• Científica• Humanística• Moral/�tica	<ul style="list-style-type: none">• Holística• Biorregionalista• Prática• Crítica• Feminista• Etnográfica• Da conserva�o• Da sustentabilidade

A perspectiva convencional de EA, pautada em muitas correntes clássicas, não costuma tecer críticas ao contexto político social e econômico, colocando a humanidade como base dos problemas ambientais, mas sem levar em consideração outros fatores. Sobre isso, Loureiro (p.81, 2004) afirma que:

Fica evidente quando ouvimos os recorrentes discursos de que a humanidade é responsável pela degradação planetária, sem que se situem os grupos sociais, o modo como estamos organizados e produzimos, numa fala que, pela ausência de concretude, fica sem efeito prático na mudança das relações sociais que conformam o atual modo de ser na natureza (Loureiro, p.81, 2004).

A EA pode ser embasada por diferentes correntes político-pedagógicas contribuindo para diferentes dinâmicas educativas (Sousa, Soares e Veiga, p.41, 2022). Essas correntes teóricas, político-pedagógicas ou “macro-tendências político-pedagógicas”, conforme Layrargues e Lima (2014), refletem a diversidade atual e as várias faces da EA. Neste trabalho nos propomos a investigar os trabalhos tomando como base três macro-tendências, a Crítica, a Conservacionista e a Pragmática, quadro 3.

Quadro 3 - Diferenças/características da corrente conservacionista, pragmática e crítica.

	Conservacionista	Pragmática	Crítica
Princípio	Educação Ambiental para a conservação da natureza.	Educação Ambiental para o desenvolvimento e consumo sustentável.	Educação Ambiental em defesa da emancipação social.
Expressão	Embasada em princípios de ecologia e afetividade para com a natureza.	Percebe o ambiente como recurso. Discursa em prol de medidas paliativas para os problemas gerados pela exploração exacerbada do meio.	Evidencia o contexto histórico das relações homem-natureza. Busca o combate político das desigualdades e injustiças no âmbito socioambiental.
Pape Social	Não questiona a estrutura social vigente	Não questiona a estrutura social vigente	Problematiza a estrutura social vigente, sendo uma prática de caráter contra hegemônico

Fonte: Elaborado por Santos, Soares e Veiga (2022), baseado na obra de Layrargues e Lima (2014)

Notamos que entre os trabalhos selecionados (10 no total), a corrente crítica foi a que teve mais destaque, correspondendo a 40% (4) dos trabalhos lidos,

seguido das correntes pragmática e conservacionista, com 30% (3), cada, ver gráfico 2. Como já foi mencionado anteriormente, a EA se desenvolveu de acordo com as políticas ou visões sociais em cada época, sendo assim cada corrente reflete os interesses e reflexões da época em que foram criadas. Algumas são mais dinâmicas e se propõe a mudar ao longo do tempo, outras são mais rígidas em sua estrutura.

Gráfico 2: Relação entre quantidade de trabalhos selecionados e a corrente da EA.



De acordo com Neto e Kawasaki (2013, p.11), Educação Ambiental Pragmática, pode ser definida como aquela que possui foco na ação, na busca de soluções para os problemas ambientais e na proposição de normas a serem seguidas. Essa corrente não reflete sobre a estrutura social e econômica vigente, nem tece críticas sociais. Ela está mais preocupada com o desenvolvimento de comportamentos sustentáveis. Nos trabalhos analisados, percebemos que existe uma preocupação com a manutenção da natureza, por meio de comportamentos paliativos, o desenvolvimento de uma consciência sustentável. A preocupação está baseada no interesse, na qual os humanos mantêm o ambiente organizado em troca dos serviços ecossistêmicos e conforto que o mesmo pode oferecer.

Quando falamos em sustentabilidade é preciso pensar um pouco e se questionar. De qual sustentabilidade estamos falando? Uma sustentabilidade preocupada com o ambiente, com a sociedade e com o futuro? Uma sustentabilidade que é usada como *slogan* por grandes empreendimentos para dizer que estão preocupados com o ambiente e defendem o “desenvolvimento sustentável”? Mas sustentável para quem? A serviço ou qual o intuito dessa sustentabilidade?

Pensando nisso, Gutiérrez (1999), fala que parece ser impossível construir um desenvolvimento sustentável sem uma educação, desta forma quatro condições são fundamentais para atingir tal objetivo, estas devem ser o economicamente factível; ecologicamente apropriado; socialmente justo e o culturalmente equitativo, respeitoso e sem discriminação de gênero.

Percebe-se que a Educação Ambiental Conservacionista, tem um caráter mais contemplativo, baseia-se na manutenção intacta de áreas protegidas, na defesa da biodiversidade, na conservação dos recursos naturais (Loureiro, 2004). Nos trabalhos analisados, percebe-se que termos como perceber, cuidado, preservar, manter, evidenciando o que Sauv  (2005), chama de gestão ou administra o da natureza.   uma corrente que tem a afetividade e a sensibilidade como base, não refletindo a estrutura social dominante. Ser humano e natureza parecem não pertencer ao mesmo domínio natural e cabe a humanidade manter o que temos intacto.

Nessa perspectiva percebeu-se nos trabalhos que existia uma preocupa o com a "pauta verde", baseada na afetividade, na qual por meio de atividades ecológicas como visitas a parques, praças, reservas ou na realiza o de trilhas ecológicas, busca sensibilizar os indivíduos sobre a importância de conservar, mas parece que humanidade e ambiente não dialogam sobre a sua rela o. Com rela o ao que foi mencionado, Santos e Toschi (2015), ainda acrescentam que:

A EA de caráter conservacionista se estabeleceu devido a uma lógica de sensibilidade humana em rela o   natureza, ou seja, a face mais visível da crise ambiental foi a destrui o do meio ambiente natural, e as ciências que tratavam do assunto (as ambientais), não compreendiam questões sociais em seus pressupostos, dessa forma, sua institucionaliza o foi fruto, principalmente, de sistemas ambientais em detrimento dos educacionais. (Santos; Toschi, 2015, p.244-245)

A Educa o Ambiental Crítica está voltada para a emancipa o social, para o enfrentamento das desigualdades e injustiças socioambientais, questiona as rela es de poder e domina o, possibilita a reflexão e contribui para a forma o em nível individual e coletivo, pensando a rela o sociedade-natureza (Layrargues; Lima, 2014). Nos trabalhos que analisamos percebemos que nessa corrente uma característica marcante foi a participa o ou envolvimento social nos processos ambientais, a incentiva o da reflexão e da crítica, de forma que as pessoas pudessem refletir que a responsabilidade para com o ambiente   compartilhada e deve

ultrapassar a visão reducionista dos fenômenos e do que pode ser feito para melhorar o ambiente a nossa volta e a sociedade.

A corrente crítica se destaca por se estabelecer como um contraponto ao paradigma antropocêntrico, a visão reducionista da relações sociedade–natureza e as novas tendências neoliberais de educação. Ela dialoga com o que foi defendido por Freire, Marx e teóricos/as da modernidade que são contra a hegemonia e opressão. Seguindo essa lógica, Dias (2013) e Loureiro (2004) entendem que a Educação Ambiental é profundamente influenciada pelos princípios freirianos e marxistas de ‘dialogicidade’ e ‘dialeiticidade’, tornando o debate efervescente a partir da contradição, e promovendo a criticidade do indivíduo para que ele torne-se um ator ativo de transformações sociais e não uma ovelha (sociedade/humanidade) que segue a lógica de não questionar a lógica dos cães pastores (a estrutura destruidora que o capital fomenta). Tornando-se agentes transgressores e transformadores.

“A EA crítica seria, portanto, aquela capaz de transitar entre os múltiplos saberes: científicos, populares e tradicionais, alargando nossa visão do ambiente e captando os múltiplos sentidos que os grupos sociais lhe atribuem” (Carvalho, 2017, p.99). Nos trabalhos notamos que na maioria, a complexidade, assim como as perspectivas freireana ou mais transdisciplinares estão ausentes, a EA aparentemente ainda é vista como forma de moldar comportamentos ecológicos ou sustentáveis. Ressaltamos que as produções identificadas como críticas, ou seja, 40% dialoga com as perspectivas de Freire no que se refere a educação popular e a identificação de problemáticas do cotidiano para referir e aprender, das ideias de Gohn sobre educação em espaços não formais e dos/das cientistas da contemporaneidade que vem na EA crítica uma forma de superar as desigualdades e injustiças do atual modelo econômico, a exemplo, Loureiro, Carvalho, Lima, Layrargues e Sato.

Percebeu-se que as correntes pragmática e conservacionista possuíam trabalhos mais preocupados com a arborização, a conservação, o cuidado, a percepção a manutenção, visão essa que foi mostrada ao longo dos trabalhos, e ainda assim quando estes mencionaram a crítica, era uma perspectiva pouco aprofundada do que seria a crítica, a mesma não era o foco principal das produções. Layrargues e Lima, falam sobre essas correntes ao evidenciarem que as mesmas se baseiam no:

[...] predomínio de práticas educativas que investiam em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística e normativa não superariam o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano

como um ente genérico e abstrato, reduzindo à condição de causadores da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social. (Layrargues; Lima, 2014, p.29)

Já os trabalhos que foram identificados como críticos possuíam uma abordagem voltada para a formação humana, a reflexão sobre a atividade antrópica e os impactos gerados pelo atual modelo econômico-social, analisavam a participação e envolvimento dos participantes na sociedade, por meio de projetos ambientais, associação de moradores entre outros, fato que lembra a governança ambiental, além de ter um que chamou a nossa atenção pelo fato de discutir as problemáticas ambientais, a partir do contexto (bioma) onde o projeto de divulgação estava sendo realizado.

Esse estudo nos fez ficar mais atentos para o entendimento de que embora a EA uma área relativamente jovem, se comparada a outras discussões sociais, educacionais e científicas, ela avançou em muitos aspectos, mas a presença de um governo neoliberal (o cenário no qual o Brasil se viu de 2016, até o ano de 2022), pode ter feito ela retroceder em alguns aspectos. É preciso que a EA supere os desafios e dificuldades do tempo, para que tenhamos: “uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social” (Jacobi, 2007, p.196).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa produção fica evidente que a EA ainda enfrenta alguns desafios relacionados a fragmentação do conhecimento, ou a visão antrópica do ambiente, alguns trabalhos analisados falam superficialmente sobre a crítica, geralmente os mais voltados a soluções pragmáticas das problemáticas ambientais ou tentavam solucioná-los por meio do apelo ao lado afetivo da sociedade, usando a sensibilidade para tentar fomentar uma visão de sustentabilidade e conservação.

De acordo com Leff (2009, p.18), “a crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento. A educação ambiental emerge e se funda em um novo saber que ultrapassa o conhecimento objetivo das ciências”. A ausência de uma abordagem mais complexa como a defendida por Leff, Morin e de uma visão da educação popular como a fomentada por Freire, deixou a desejar nos trabalhos analisados. Temos que entender que o racionalismo lógico da ciência, a fragmentação do conhecimento e a visão de ambiente onde humanidade, sociedade e

natureza são coisas distintas e não associadas, não é mais suficiente para entender as problemáticas do mundo contemporâneo.

A sociedade precisa reacender a chama em busca de mudanças, o desejo de lutar por um lugar melhor, tal qual os movimentos das décadas de 60/70. Segundo Carvalho (2017, p.54): “os grupos e as pessoas talvez não acreditem tanto em sua capacidade de mudar as coisas; temos mais medo do futuro”. Precisamos perder o medo de brigar pelos nossos direitos e temer o futuro. Se tem uma lição que podemos aprender com o passado é que se não mudarmos a nossa racionalidade, o modelo econômico e nossa forma de interagir e viver na Terra, estaremos fadados a viver um ciclo de destruição e retrocessos.

A presença das discussões socioambientais em todos os contextos são essenciais, mas devemos atentar para as relações que são construídas e para suas intencionalidades, entendendo que cada vez mais precisamos perceber a sociedade em sua complexidade e dinamicidade, ficando claro a necessidade de enfrentarmos o desafio de então temos que possibilitar reflexões que estejam de acordo com o tempo atual.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a minha família por ser a minha base, em especial a minha mãe, que desde a minha infância me diz que o futuro dos pobres está nos livros, minha mãe não conhece Paulo Freire, mas o que ela me disse dialoga muito com a ideia de que a educação muda as pessoas e essas pessoas mudam o mundo. Quero agradecer aos guias espirituais, essas forças que cuidam de mim e não sei como nomear, mas agradeço a todas, Deus, orixás, anjos da guarda, ao universo e os encantados. Quero agradecer ao meu grupo de pesquisa, GEEADC – Grupo de Estudos em Educação Ambiental, Docência e Questões Contemporâneas, no qual eu tenho momentos formativos e diálogos riquíssimos, esse grupo é o meu xodó, pois contribui e muito com a minha formação pessoal e profissional. Não poderia deixar de agradecer à minha orientadora, Gil, a qual me adotou aqui em Recife e uma mãe na ciência, uma orientadora incrível e uma pessoa muito iluminada. Agradeço a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa, pois sem ela eu não teria como me manter em Pernambuco, tendo em vista que sou da Bahia, especificamente de Ipiáú, no interior. Agradeço ao meu programa de mestrado, o PPGEI - Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades,

o qual tem me permitido crescer tanto, em nível pessoal e profissional, agradeço também o fato do programa ter um sistema de ingresso que contempla estudantes cotistas, permitindo dessa forma que nós pessoas pretas, periféricas, indígenas e oriundas da escola pública venhamos a tornar o mestrado mais plural, mais diverso e colorido. Agradeço a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, pelo acolhimento e cuidado para com os seus estudantes e ao RU por ser praticamente uma mãe para a gente, posso dizer com o peito aberto e o coração quente que esse é o melhor RU do Brasil. Agradeço aos meus amigos do mestrado e as amigas que a rural me deu.

REFERÊNCIAS

AOKI, Camila.; OLIVEIRA, Karina Rocha de.FIGUEIREDO, Priscila Alonso de Oliveira.; DE SÁ, Jéssica Dos Santos Silvério.; OLIVEIRA, Karine Morigino de.; CHAVES, Jéssica Rabito. Análise da arborização das praças de Aquidauana (MS, Brasil). **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 100737-100750, 2020

BRASIL. Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e da outras providências.** Brasília, 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília: ME, 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 jun. 2023.

DE ALMEIDA, Luiz Fernando Rolim; BICUDO, Luiz Roberto Hernandez; DE AZEVEDO BORGES, Gilberto Luiz. Educação ambiental em praças públicas: professores e alunos descobrindo o ambiente urbano. **Revista Ciência em extensão**, v. 1, n. 1, p. 91-100, 2004.

DE ANDRADE SANTOS, Jéssica; TOSCHI, Mirza Seabra. Vertentes da Educação Ambiental: da conservacionista à crítica. **Fronteiras: journal of social, technological and environmental science**, v. 4, n. 2, p. 241-250, 2015.

DE MOURA CARVALHO, Isabel Cristina. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. Cortez Editora, 2017.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: **Gaia**, 2013.

DO AMARAL, Gabriel Buffon; DOS SANTOS, Ricardo Miranda. O potencial educativo das praças como espaço educador sustentável. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 13, n. 2, 2017.

DORIGO, Tania Amara; LAMANO-FERREIRA, Ana Paula Nascimento. Contribuições da percepção ambiental de frequentadores sobre praças e parques no Brasil (2009-2013): revisão bibliográfica. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 31-45, 2015.

FÁVARO, Leandro Costa.; FONSECA, Letícia Rodrigues da.; MAGALHÃES, Sérgio Ricardo Silva.; PEREIRA, Daiane Fernandes . A história da Educação Ambiental passando pela concepção crítica e emancipatória. **Educação Ambiental em Ação**, v. 19, n. 72, 2020.

GUTIÉRREZ, Francisco.; PRADO, Cruz. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo, **Cortez**, 1999. 144 p.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: **Atlas** 2003.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. DA C.. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan. 2014.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e realidade**, v. 34, n. 03, p. 17-24, 2009.

LEITE, Jéssika Kellyane da Silva.; ARRUDA, Silvana Gonçalves Brito de.; ALVES, Leonio.; CAMPOS, L. Luís André de Almeida. Envolvimento Sustentável: O UFPE na praça incentivando a Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 301-315, 2015. DOI: 10.34024/revbea.2015.v10.2010. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2010>. Acesso em: 11 jul. 2023.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente**, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo.; DE LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares. Ampliando o debate entre educação e educação ambiental. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 235-242, 2012.

MARTELLI, Anderson. Educação Ambiental como método de favorecimento da arborização urbana do Município de Itapira-SP. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1195-1203, 2015. DOI: 10.5902/2236117015895. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/15895>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MOREIRA-CONEGLIAN, Inara Regiane; DA SILVA DINIZ, Renato Eugênio; BICUDO, Luiz Roberto Hernandes. Educação ambiental em praça pública no município de Botucatu/SP. **Revista Ciência em Extensão**, v. 1, n. 1, p. 39-52, 2004.

NETO, Diógenes Valdanha.; KAWASAKI, Clarice Sumi. Meio Ambiente” é um tema transversal nos documentos curriculares nacionais do ensino fundamental. **Camine: caminhos da educação, Franca**, v. 5, n. 1, 2013.

PINTO, Valmir Flores. Educação, preservação e cuidados ambientais na Praça da Saúde em Humaitá-AM. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH**, v. 2, n. 1, Jan-Jun, p. 222-235, 2018.

RUFINO, Bianca; CRISPIM, Cristina. Breve resgate histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo. In: **VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Porto Alegre/RS-23 a**. 2015.

SAITO, Carlos Hiroo. Popularizando o Probio-Educação Ambiental na praça e na escola. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 83-95, 2013. DOI: 10.34024/revbea.2012.v7.1753. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1753>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SANTOS, Karyne dos Passos Oliveira; SOARES, Ana Maria Dantas; DA VEIGA, Luciana Lima de Albuquerque. Utilização de uma problemática local como foco de discussão na prática educativa: um caso de injustiça ambiental na cidade de Seropédica, RJ. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 15, n. 1, p. 35-55, 2022.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle., CARVALHO, Isabel Cristina Moura. (Orgs.). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: **Artmed**. p. 17-44. 2005.

SECO, Márcia Aparecida de Oliveira; SEKINE, Elizabete Satsuki. Educação Ambiental. Cuiabá: **EduUFMT**, 2009. 54p.

SEVERIANO FILHO, Valdemiro; MACIEL, Ana Beatriz Câmara. ESPAÇO PÚBLICO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: cidadania e participação política. 2016.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel. Políticas de educação ambiental do órgão gestor. **Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**, p. 13, 2007.